



Texto: Agnes Franco

Qualquer pessoa com mais de 30 anos lembra-se do tempo em que as coisas eram feitas para durar. Esse conceito acabou. Hoje, é impossível falar de resíduos sólidos sem questionar o rastro de sujeira deixado pelas sociedades de consumo, que produzem 48 bilhões de toneladas de lixo por ano no mundo. Só no Brasil, 188 toneladas de resíduos sólidos são coletadas diariamente, de acordo com dados de 2008 levantados pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente), sendo que 30% a 37% são recicláveis.

Segundo o mestre em Geologia Ambiental Mauricio Waldman, a Grande São Paulo é a terceira maior metrópole produtora de lixo no planeta, apesar de ter o 14º PIB (Produto Interno Bruto), o que parece um contrassenso. “Algo está profundamente errado. Estamos jogando mais coisas fora do que deveríamos”, declarou o pesquisador durante conferência. Os governos pagam o ônus da má gestão ambiental. Por ano, R\$ 8 bilhões são desperdiçados no País devido à falta de reciclagem, indica o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). E o número é crescente.

De acordo com a Abrelpe (Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos Especiais), a geração de lixo urbano sofreu aumento de 6,8% entre 2009 e 2010. “O consumo de plástico cresceu 41 vezes em 40 anos. Estamos virando o planeta plástico. E o uso de cobre (utilizado em sistemas elétricos, de telefonia e na produção de tintas, entre outros) cresceu 25 vezes, saltando de 400 milhões para 10 bilhões de toneladas”, observa Waldman.

Para atenuar o problema, o governo federal aprovou em 2010, após 19 anos de tramitação pelo Congresso Nacional, o PNRS (Plano Nacional de Resíduos Sólidos), que está em vigor e estabelece prazos para a adequação de todos os setores sociais. A ideia é que cidades e regiões de Norte a Sul se ajustem e organizem projetos estaduais, municipais e conferências, como a realizada em 13 de junho na Fundação Santo André, reunindo representantes das administrações municipais, empresários e moradores da região.

As cidades que optarem por implementar planos regionais – como no caso do Grande ABC, que se organiza através do Consórcio Intermunicipal – terão prioridade no repasse de recursos advindos da União, embora também possam elaborar seus próprios planos de gestão integrada de resíduos sólidos. O prazo para a entrega de tais projetos à União expirou em agosto do ano passado, e até a ocasião apenas Santo André, São Bernardo e Ribeirão Pires haviam cumprido a meta, o que lhes facilitará a captação de recursos.